



TERMOPERNAMBUCO S.A.

CNPJ nº 03.795.050/0001-09 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

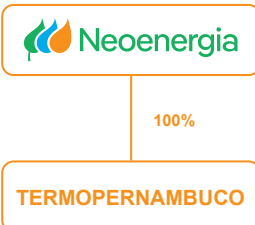
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2025, a Termopernambuco S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. TERMOPERNAMBUCO

A Termopernambuco S.A. é oriunda de responsabilidade definida no edital de privatização da Neoenergia Pernambuco, após o Grupo Neoenergia ter vencido o leilão em 2000. A usina termelétrica e a respectivo linha de transmissão estão localizadas no Complexo Industrial e Portuário de SUIAPE, município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco e utiliza como combustível o gás natural. A Neoenergia possui 100% da participação acionária de Termopernambuco, conforme estrutura societária abaixo.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Termopernambuco trabalha com a tecnologia de ciclo combinado de modo a obter um melhor rendimento na sua produção e, em paralelo, minimizar o impacto no meio ambiente. A usina é constituída por dois grupos geradores movidos a gás natural, acoplados a duas caldeiras de recuperação de calor, que produzem o vapor utilizado para mover o grupo gerador a vapor, além dos sistemas auxiliares. A condensação do vapor é realizada por meio de um circuito aberto de refrigeração com um sistema de captação e bombeamento de água do mar e sua posterior devolução por meio de um emissário de 800 m de extensão. Esse conjunto formado pelas três turbinas tem capacidade instalada de 550 MW médios, conforme despacho no 3.613/2023.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	225.649	667.774
Custos		(234.615)	(519.153)
Custos com energia elétrica	4	(55.507)	(222.857)
Custos de operação	5	(179.108)	(296.296)
(Prejuízo) Lucro bruto		(8.966)	148.621
Outras despesas gerais e administrativas	5	(18.144)	(31.207)
(Prejuízo) Lucro operacional		(27.110)	117.414
Resultado financeiro	6	19.814	12.088
Receitas financeiras		15.572	31.123
Despesas financeiras		(7.579)	(26.471)
Outros resultados financeiros, líquidos		11.821	7.438
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos		(7.296)	129.502
Tributos sobre o (Prejuízo) Lucro	7.1.1	7.045	(6.675)
Corrente		10	(6.832)
Diferido		7.035	157
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(251)	122.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	76.931	165.064
Contas a receber de clientes e outros	9	25.447	21.093
Títulos e valores mobiliários		83	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	366
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	25.736	29.216
Outros tributos a recuperar	7.2.1	7.468	5.238
Despesas pagas antecipadamente		10.078	14.310
Outros ativos circulantes		13.260	8.389
Total do circulante		159.003	243.676
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	6.580	5.599
Outros tributos a recuperar	7.2.1	121.317	113.637
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	7.842	517
Depósitos Judiciais	12	-	97
Direito de uso		2.120	5.854
Imobilizado	10	901.810	909.055
Intangível		1.228	2.763
Total do não circulante		1.040.897	1.037.522
Total do ativo		1.199.900	1.281.198
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	24.496	19.371
Passivo de arrendamento		3.236	5.337
Instrumentos financeiros derivativos		429	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		3.254	4.586
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		4.322	10.300
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.1	10.078	20.233
Outros passivos circulantes		3.042	5.037
Total do circulante		38.779	64.864
Não circulante			
Passivo de arrendamento		3.061	5.904
Instrumentos financeiros derivativos		60	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	39.202	33.464
Tributos sobre o lucro a recolher		1.228	-
Provisões	12	84	135
Outros passivos não circulantes		847	1.139
Total do não circulante		44.482	40.642
Patrimônio líquido	13		
Atribuído aos acionistas da Companhia		1.116.639	1.175.692
Total do patrimônio líquido		1.116.639	1.175.692
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.199.900	1.281.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reservas de Lucros			(Prejuízo) lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	433.894	241	93.228	453.237	97.728	78.256	19.108	1.175.692	
Aumento de capital	2.186	-	-	-	(2.186)	-	-	-	
Prejuízo do exercício	-	(565)	-	-	-	-	(251)	(565)	
Outros resultados abrangentes	13.3	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	(38)	-	(212)	251	-	
Remuneração aos acionistas		-	-	-	-	(39.128)	(19.108)	(58.237)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	436.080	(324)	93.228	453.199	95.542	38.915	-	1.116.639	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	433.894	(479)	93.228	434.360	97.728	39.128	-	1.097.859	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	122.827	-	122.827	
Outros resultados abrangentes	13.3	-	720	-	-	-	-	720	
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	18.877	-	39.128	(58.005)	-	
Remuneração aos acionistas		-	-	-	-	(64.822)	(19.108)	(45.714)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	433.894	241	93.228	453.237	97.728	78.256	19.108	1.175.692	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Termopernambuco S.A. ("Termope" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Neoenergia S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Usina Termelétrica se localiza na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos. A Companhia possuiu PPA's (Power Purchase Agreement) que garantiam a receita da usina com Neoenergia Coelba (65MW) e Neoenergia Pernambuco (390MW), e estes contratos foram encerrados em 14 de maio de 2024. Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia participou e ganhou o Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, onde vendeu sua capacidade disponível de 198 MW, ao preço de potência R\$ 487.412,70/MW ano, com o início do fornecimento em 01 de julho de 2026, com vigência até 30 de junho de 2041 (15 anos), assegurando uma receita fixa anual de R\$ 207 milhões. A Resolução ANEEL nº 553, de 15 de dezembro de 2000, que autorizou a Companhia a se estabelecer como Produtor Independente de Energia e implantar a usina Termopernambuco, tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 18 de dezembro de 2030. Em decorrência do êxito no Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, a termica naturalmente terá que estender sua autorização, processo para o qual não há prazo específico para instrução. Neste sentido, a Companhia instruiu processo administrativo no dia 25 de junho de 2024, para atendimento ao período do novo CRCAP. No dia 25 de setembro de 2024, a Companhia assinou com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o termo aditivo para antecipação do CRCAP, decorrente do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, mantendo todas as condições ofertadas no certame, mas antecipando o fornecimento para 01 de outubro de 2024. Para atendimento deste período de antecipação, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de gás natural com a Eneva S.A. ("Eneva"), com fornecimento na modalidade 100% flexível, para o suprimento de combustível durante o período de antecipação, que compreende 21 meses, entre 01 de outubro de 2024 e 30 de junho de 2026. 1.1. **Gestão de Riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos atrelados ao setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Exe-

A Termopernambuco fazia parte do Programa Prioritário de Térmicas (PPT), com receita garantida pelos contratos de compra de energia (PPAs) firmados com a Neoenergia Coelba (65 MW) e a Neoenergia Pernambuco (390 MW), válidos até 14 de maio de 2024.

A Companhia foi vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade realizado em dezembro de 2021, comercializando toda sua capacidade disponível ao preço de R\$ 487.412,70 por MW/ano. O contrato previa o início de fornecimento em 01/07/26 e vigência de 15 anos (até 30/07/41), assegurando desta forma a receita fixa de potência de R\$ 207 milhões por ano, na data base de jul/2021. O início do contrato foi antecipado em 21 meses, para 01/10/24.

Sob o novo de Contrato de Capacidade, o despacho foi de 1% em 2025, com geração de 23 GWh. Vale destacar que até 14/05/2024 estavam vigentes os contratos bilaterais de venda de energia.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação%
Receita Operacional Bruta	253.940	845.007	(69,9)
Receita Operacional Líquida	225.649	667.774	(66,2)
EBITDA	4.911	164.106	(97,0)
Resultado Financeiro	19.814	12.088	63,9
Lucro Líquido	(251)	122.827	(100,2)
Margem EBITDA (%)	2,18%	24,58%	(91,1)
Margem Líquida (%)	(0,11%)	18,39%	(100,6)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/25	dez/24	Variação %
Ativo Total	1.199.900	1.281.198	(6,3)
Patrimônio Líquido	1.116.639	1.175.692	(5,0)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(251)	122.827
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(145)	7
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	49	(2)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(96)	(25)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(975)	745
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	241	(369)
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	265	339
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(469)	715
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(565)	720
Resultado abrangente do exercício	(816)	123.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	253.940	845.007
Receita de construção de ativos próprios	2.174	3.667
Outras receitas	-	27
Subtotal	256.114	848.701
Insuamos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(7.875)	(176.247)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(53.433)	(52.922)
Materiais-primas consumidas	(109.818)	(202.406)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(50.613)	(56.361)
Subtotal	(221.739)	(487.936)
Valor adicionado bruto	34.375	360.765
Depreciação e amortização	(32.021)	(46.692)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.354	314.073
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	28.888	40.848
Subtotal	28.888	40.848
Valor adicionado total a distribuir	31.242	354.921
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados	10.261	15.999
Benefícios	3.231	3.892
FGTS	719	1.070
Subtotal	14.211	20.961
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.076	45.958
Estaduais	157	137.100
Municipais	372	206
Subtotal	8.605	183.264
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações cambiais	7.730	26.880
Aluguéis	947	989
Subtotal	8.677	27.869
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	64.822
(Prejuízo do exercício) lucros retidos	(251)	58.005
Subtotal	(251)	122.827
Valor adicionado distribuído	31.242	354.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2025	2024	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido (A)	(251)	122.827	(123.078)	(100,2)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	7.045	(6.675)	13.720	(205,5)
Amortização e Depreciação (C)	(32.021)	(46.692)	14.671	(31,4)
Receitas Financeiras (D)	15.572	38.555	(22.983)	(59,6)
Despesas Financeiras (E)	(7.579)	(26.471)	18.892	(71,4)
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	11.821	4	11.817	295.425,0
EBITDA = A+(B+C+D+E+F)	4.911	164.106	(159.195)	(97,0)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

TERMOPERNAMBUCO S.A.

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OPC 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais financeiros. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais financeiros. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá o IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento de energia ⁽¹⁾	756.351	756.351
Disponibilidade do sistema de geração ⁽²⁾	247.496	58.180
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	5.048	29.136
Outras receitas	1.396	1.349
Receita operacional bruta	253.849	845.007
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(28.211)	(177.233)
Receita operacional, líquida	225.649	667.774

(1) Contrato de PPA com a Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco encerrado em 14 de maio de 2024; (2) Receita fixa, devido a antecipação do CRCAP.

3.1. Deduções de receita bruta:

	2025	2024
Tributos		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(157)	(137.100)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(23.474)	(31.224)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(32)	(30)
Outros tributos a recuperar	(23.663)	(168.354)
Encargos setoriais		
Outros encargos ⁽¹⁾	(4.628)	(8.879)
Total	(4.628)	(8.879)
	(28.211)	(177.233)

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (TFSEE).

3.2. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, o que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. A Companhia possui receita fixa proveniente do contrato de reserva de capacidade que destina-se exclusivamente ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Desta forma, a Termoenergambuco tem o compromisso de atender a totalidade dos despachos estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) nos dias programados. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo são reconhecidas no momento em que o comprador recebe a energia. A receita de venda de energia no Mercado de Diferenças (PLD) **b) Estimativas e julgamento críticos:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda da rede básica com base em controles de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2025	2024
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Livre - ACL ⁽¹⁾	-	(175.414)
Energia curto prazo	(7.808)	(428)
Créditos	(67)	(405)
Total	(7.875)	(176.247)
Outros custos de PIS e COFINS	728	309
Total	(7.147)	(172.938)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(53.433)	(52.922)
Subtotal	(53.433)	(52.922)
Outros custos de PIS e COFINS	5.073	3.003
Total	(48.360)	(49.919)
Total dos custos com energia elétrica	(55.507)	(222.857)

(1) Refere-se ao contrato de compra de energia junto a Petrobras, encerrado em 15 de maio de 2024;

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
Custos de operação		
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(4.383)	(12.087)
Depreciação e amortização	(31.482)	(539)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(99.587)	(99.587)
Provisão para processos judiciais	-	23
Impostos, taxas e contribuições	(197)	(143)
Outras despesas ⁽²⁾	(1.991)	(17.398)
Pessoal e benefícios a empregados	(4.383)	(12.087)
Total	(179.108)	(192.252)
		2.024

(1) Contrato de GSA (Gas Sales Agreement) com a Petrobras, que foi encerrado em 30 de abril de 2024, e contrato de compra de gás com a Eneva, iniciado em 01 de outubro de 2024; (2) Composto principalmente por prêmio de seguros, materiais diversos e alugueis.

5.1. Serviços de terceiros:

	2025	2024
Serviços técnicos e manutenções	(20.865)	(22.566)
Serviços jurídicos	(417)	(718)
Consultoria e auditoria	(179)	(169)
Comunicação	(218)	(116)
Vigilância	(624)	(605)
Outros PIS e COFINS	(9.285)	(11.915)
Outros serviços	(31.459)	(36.020)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	16.950	32.963
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.344)	(1.880)
Outras receitas financeiras	(34)	40
Saldo	15.572	31.123
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽¹⁾	935	(17.249)
Fee de garantia ⁽²⁾	(975)	(2.327)
Taxas	(5.459)	(3.913)
Tributos	(656)	(919)
Outras despesas financeiras	(1.424)	(2.063)
Total	(7.579)	(26.471)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com instrumentos financeiros derivativos

Ganhos (perdas) com variações cambiais e monetárias ⁽³⁾

Ganhos com variações cambiais e monetárias

Resultado financeiro, líquido

(1) Incide à parcela variável dos juros relacionada a dividas de preço sobre dívida em moeda nacional (CDB) e amortização de custos com captação. A dívida foi totalmente amortizada em abril de 2024; (2) Refere-se a amortização da cobrança de fee, pelos avuls dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo; (3) Incide atualização, pela Selic, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de créditos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(7.296)	129.502
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	2.481	(44.031)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	15.543
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	-	18.953
Atualização SELIC débitos tributários	4.063	1.868
Outras adições (reversões)	501	992
Tributos sobre o lucro	7.045	(6.676)
Alíquota efetiva	96,56%	5,13%
Corrente	10	(6.212)
Diferido	7.035	157

(1) Refere-se principalmente ao incentivo fiscal SUDENE. Em 31 de dezembro de 2025 não houve apuração do incentivo fiscal, pois a Companhia está com prejuízo fiscal (R\$ 18.877 em 31 de dezembro de 2024).

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais temporários em condições de operação (incluindo encargos de financiamentos) de Planejamento e Desenvolvimento Energético, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e validada pela Administração da Companhia. Por consequência desta alteração, a Administração espera que o método de depreciação por hora-fogo, em comparação ao método linear anteriormente aplicado, gerará uma redução prospectiva no gasto de depreciação total de aproximadamente R\$ 33.280 por ano para os exercícios de 2025 a 2027.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Energia elétrica	4.551	58
Encargos de uso da rede	4.270	4.832
Materiais e serviços	15.675	14.481
Total	24.496	19.371

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

12.1. Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia não possui processos judiciais em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2024		
Efeitos reconhecidos no resultado	7.035	7.035
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	290	290
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.842	7.842
Saldos em 31 de dezembro de 2023		
Efeitos reconhecidos no resultado	157	157
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(371)	(371)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	517	517

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos está apresentada como segue:

	2025	2024
Ativo fiscal diferido	7.842	7.842
Efeito líquido	7.842	7.842

7.1.3. Tributos correntes ativos e passivos:

	2025	2024
IRPJ	21.041	21.756
CSLL	11.275	13.059
Ativo	32.316	34.815
Circulante	25.736	29.216
Não circulante	6.580	5.599

Passivo

	2025	2024
IRPJ	1.228	1.228
Não circulante	1.228	1.228

7.1.4. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía montante reconhecido na linha de tributos a recolher sobre o lucro, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 145.400 e R\$ 133.774, respectivamente, que foram avaliados pela Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, como provável que o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes. A natureza dos processos está mencionada a seguir: (i) Ações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ e CSLL decorrente de gastos das despesas de amortização do ativo no processo de privatização/desverticalização do setor elétrico no montante de R\$ 123.033 (R\$ 113.163 em 31 de dezembro de 2024); (ii) Não homologação de crédito de saldo negativo de IRPJ e CSLL para os anos-calendário de 2002 a 2013, no montante de R\$ 22.007 (R\$ 20.611 em 31 de dezembro de 2024). **7.1.5. Política contábil material e julgamentos críticos:** **a) Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelo incentivo fiscal da SUDENE (região Nordeste), que concede redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos a recuperar:**

	Ref.	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		32.688	30.304
Programa de integração social - PIS		16.759	15.594
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		77.348	71.769
Outros		1.990	1.208
Total		128.785	118.875
Circulante		7.468	5.237
Não circulante		121.317	113.637

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e do COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destinada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia possui um ativo no valor de R\$ 94.107 (R\$ 86.403 em 31 de dezembro de 2024), referente à processo ajuizado cuja decisão judicial ainda não transitaram em julgado. Entretanto, a Companhia, após análise criteriosa do processo, observou semelhanças frente às ações transitadas em julgado para os quais outras subsidiárias do grupo Neoenergia já obtiveram êxito, e estão alinhadas com as decisões de mérito e dos Embargos de Declaração no STF. Os valores do ativo estão atualizados pela taxa Selic. **7.2.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:**

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	42	315
Impostos e contribuições retidos na fonte	442	3.621
Outros	66	307
Outros tributos a recolher	550	4.243
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	42.502	39.521
Outros	2	468
Total	42.974	39.521
Encargos setoriais		
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	43.524	43.764
Circulante	4.322	10.300
Não circulante	39.202	33.464

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários à vista

Certificado de depósito bancário (CDB)

Fundos de investimento

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	7.069	2.027
Certificado de depósito bancário (CDB)	109	100
Fundos de investimento	69.862	33.753
Total	76.931	165.064

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	67.319	33.753
Total	69.862	33.753

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Receivível		
Fornecimento de energia	109	100
Comercialização de energia na CCEE	-	608
Disponibilidade do sistema de geração	25.338	20.385
Total	25.447	21.093

A Companhia não possui saldos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

10. IMOBILIZADO

TERMOPERNAMBUCO S.A.

15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 (análise de sensibilidade). **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	69.862	69.862	33.753	33.753
Títulos e valores mobiliários	83	83	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	366	366
	69.945	69.945	34.119	34.119
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	489	489	-	-
Outros passivos	-	-	928	928
	489	-	489	928

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias,

que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.5. Métodos e técnicas de avaliação: (i) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis. **15.6. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência			Valor justo	
	2025	2024	Vencimento (Ano)	2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 6.968	US\$ 629	2026-2027	(488)	361
Exposição líquida				(488)	361

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Termopernambuco S.A., tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Eduardo Capelastegui Saiz
Presidente

Giancarlo Vassão de Souza
Conselheiro

Juliano Pansanato de Souza
Conselheiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Eduardo Capelastegui Saiz Presidente		
TITULARES		
Giancarlo Vassão de Souza	Juliano Pansanato de Souza	
DIRETORIA EXECUTIVA		
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente		
Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de RI	Rodolfo Fernandes da Rocha Diretor de Planejamento e Controle	Claudia Maria Suanno Diretora de Regulação
DIRETORIA DE CONTABILIDADE		
Rachel Alves Pascale Contadora CRC-RJ-Nº 115915/O-3	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade	

	Valor de referência			Valor justo	
	2025	2024	Vencimento (Ano)	2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 2	€ 6	2026	(1)	5
Exposição líquida				(1)	5

15.7. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(40.435)	5.432	10.864
NDF				40.435	(5.432)	(10.864)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro	6,4692	(14)	2	4
NDF				14	(2)	(4)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variações das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	69.945	2.471	(355)	(715)

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da TERMOPERNAMBUCO S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 7º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.795.050/0001-09, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Termopernambuco, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Termopernambuco, alusivas ao social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de RI

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

Claudia Maria Suanno
Diretora de Regulação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Termopernambuco S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Termopernambuco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termopernambuco S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abran-

ge o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 12/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/12/TERMOPERNAMBUCO1587622612022026.pdf>
Hash: 1770843121246d4d0a6f8f4fc0a2f3f8ea342fbf91